

A educação do/no Campo em Minaçu-Goiás: uma realidade de descaso no cenário educacional brasileiro

Edson Batista da Silva,
da Universidade Estadual de Goiás
edsonbatista@yahoo.com.br

Joyce de Almeida Borges,
da Universidade Estadual de Goiás
joycealbo@yahoo.com.br

Resumo: Neste artigo objetiva-se analisar o processo histórico da Educação Rural no Brasil até a consolidação da educação do campo no século XXI. Dentro deste contexto, insere-se a realidade da Educação do/no campo em Minaçu-GO. Sabe-se que a Educação no Brasil nunca foi prioridade em nenhum período histórico e político do país, isto ganha relevância quando se trata da educação voltada para a população do campo. Assim a análise aqui proposta perpassa esse debate trazendo a tona como tem se encontrado a realidade escolar da Educação do campo em Goiás e, sobretudo no Município de Minaçu. Esta reflexão é fruto de um projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Estadual de Goiás. O mesmo teve como procedimentos metodológicos a observação direta a campo, além da realização de entrevistas, questionários semi-estruturados e registros fotográficos. Os resultados obtidos constatarem a precariedade das escolas, a falta de formação dos professores para a consolidação da perspectiva de educação do campo, e a invisibilidade da mesma nos projetos político- pedagógicos.

Palavras chaves: Políticas públicas; escola; educação do campo.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar o processo histórico da educação rural no Brasil. E com este movimento analítico compreender a consolidação da educação do campo na contemporaneidade, e consequentemente a realidade da educação do campo em Minaçu-Go.

Neste sentido, o Brasil em seu contexto educacional esta inserido em uma complexa situação, onde o país “do futebol”, “da TV Globo”, “da praia de Copacabana,” “das mulheres fáceis” e “do Carnaval” tem uma educação

precarizada e sucateada. Assim, as principais estruturas de poder hegemônico que compõem a sociedade brasileira pouco têm contribuído para melhorar a realidade das escolas brasileiras e construir uma educação melhor tanto no espaço urbano quanto no espaço rural. Deste modo, indagamos: Qual tem sido o papel da mídia, do Estado, da igreja no que se refere à preocupação com o futuro da população que habita o campo?

Sabemos conforme nos ensina Paiva (1987) que o ensino no Brasil sempre foi privilégio de poucos desde os tempos dos jesuítas, o que se repetiu durante o império com a chegada da família real. Deste modo, quando se trata de educação de qualidade a quantidade de pessoas que possuem acesso a ela é insignificante. Pois, contesta-se a idéia de que a qualidade da educação esta vinculada a um grande um número de crianças em escolas urbanas ou rurais com um livro didático na mão e uma professora proferindo um monologo em sala.

Neste sentido há poucos resultados positivos no processo ensino aprendizagem no Brasil. O ambiente escolar tem sido espaço de profissionais inconformados com a indisciplina, com os baixos salários, cargas horárias altas, burocracias exacerbadas e péssimas condições de trabalho. Quanto aos órgãos institucionais vemos a preocupação do Ministério de Educação e Cultura com dados, números, e negligência com os discentes das escolas. A famigerada autonomia para as escolas tem se constituído em subterfúgio para escamotear a responsabilidade do estado. Na escala do micro poder os diretores em muitas situações tem tido como preocupação central apenas aumentar o número de alunos para manter gratificações, sem a devida preocupação com as medidas de organização interna que influenciam na qualidade do ensino na sala de aula.

Assim, esta problemática será confirmada a partir da análise da realidade educacional no campo de Minaçu que se vincula a algo típico construído enquanto elemento da identidade brasileira, uma novela. Novela esta que deveria ter um final feliz, tem tido um fim trágico. Neste ínterim, este artigo se divide em três partes. A primeira tratará do processo histórico de educação rural no Brasil e da educação do campo nos movimentos sociais e no debate acadêmico. A segunda parte tratará de um breve panorama das escolas rurais de Goiás. Por fim vislumbraremos como tem sido a realidade escolar do/no campo em Minaçu, a partir das escolas rurais municipais São Lucas, do Assentamento São Salvador e do Assentamento Beira Rio.

O método de análise deste artigo estará atrelado a alguns elementos do materialismo histórico dialético e da fenomenologia, pois, conforme as análises de Vendramini (2010) que sugere algumas categorias de análise para interpretarmos a Educação do campo no Brasil, a mesma destaca que para debruçarmos sobre tal temática faz-se necessários nos ancorarmos nas categorias: cultura, identidade, diferenças e trabalho e na voz dos sujeitos centrais da pesquisa.

A EDUCAÇÃO RURAL NO BRASIL

No Brasil colônia (1500-1822) evidenciou-se uma educação associada à vontade européia de expandir o cristianismo no mundo. Em que o “saber” se centralizava entre os jesuítas que catequizavam os povos indígenas sem respeitar seus idiomas, culturas e crenças. Também neste período verificamos a falta de acesso a educação aos escravizados e filhos de escravos, onde o que lhe restavam eram apenas os maus tratos físicos, caso se rebelassem contra as duras jornadas de trabalho.

Após a chegada Família Real em 1808 observa-se “a criação de escolas superiores e preocupações com o desenvolvimento do ensino para as elites em geral” (PAIVA, 1987, p. 57). Afinal “apenas” os filhos dos europeus precisavam de instrução. Para quê os nativos e mestiços precisariam aprender algo? Não seria interessante às elites. Afinal só seus filhos necessitavam estar preparados para o mando. Uma lógica que perdura até os dias atuais.

No Brasil império, com a “independência” em 1822 surgiu novas idéias pedagógicas, porém havia pouca difusão do ensino popular. Paiva (1987) nos explica que se tentou neste período organizar um sistema educacional popular e gratuito a partir da Lei de 1827 em que se previa o estabelecimento de escolas primárias em todas as cidades, vilas e povoados e escolas secundárias nas cidades e vilas populosas. Em 1870 o ensino básico passou a ser responsabilidade das províncias, contudo o mesmo continuava tendo resultados insignificantes.

Nos anos de 1920 com o início da industrialização brasileira e o desenrolar da Primeira Guerra Mundial a migração do campo para as cidades se amplia. Surge o chamado “ruralismo pedagógico” em que segundo Queiroz (1997) tinha por intuito alfabetizar a população rural, no entanto, essas ações foram pouco representativas na difusão do ensino devido alguns fatores como insuficiência de verbas, as distâncias e principalmente a atuação de políticas

contrárias das oligarquias rurais. Já a Década de 1930 com o Estado novo e Getúlio Vargas não houve uma ampliação das oportunidades de ensino.

Em 1950 destacam-se a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e do Serviço Social Rural (SSR), que repetiam “as fórmulas tradicionais de dominação”. Estas duas iniciativas serviu para proliferar o desenvolvimento de projetos comunitários em que os próprios sujeitos não tinham voz nas principais decisões tomadas. Mesmo com o esforço da CNER a migração campo-cidade se intensificou nesta década devido à intensificação da denominada modernização conservadora. Com isso os objetivos dessas campanhas de fixar o homem no campo não deram resultados (LEITE, 2002).

Neste período as ideologias urbanas do nacional desenvolvimentismo eram bastante expressivas, principalmente com a difusão do modo de vida urbano-capitalista por meio dos filmes hollywoodianos. Além de outras representações do Ensino não Formal midiático como as histórias do personagem de Monteiro Lobato o “Jeca Tatu”, a comédia caipira “Candinho” (1954) com Mazaropi.



Figura 01: As mídias e a representação social da população do campo

Fonte: www.fatosefotos.com. Acessado em 26 de dezembro de 2011.

Podemos observar na figura 01 em que esses autores retrataram um homem do campo pobre, doente, colocado como “bocó”, que não sabe falar nem vestir-se. Essas imagens tem impactos na representação social e possui significados tão fortes influenciando até hoje as crianças, jovens e adultos brasileiros com ideologias do que é morar no campo no Brasil, reforça o olhar pejorativo para essa população representada como sinônimo de atraso. Mas sabe-se claramente a intensão deste discurso, a de construir o campones produtor de mercadorias, especializado, um obstinado pelo consumo.

Posteriormente em contrapartida ao papel desempenhado pela mídia, pela literatura, no governo de Jânio Quadros (1961) efetiva-se a criação

do Movimento de Educação de Base, a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo e a Missão Rural de Educação de Adultos. Durante a Conferência Nacional dos Bispos elaborou-se uma proposta de levar o MEB ao meio rural. Além da criação do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Nesse período também difundia-se os ideais pedagógicos de Paulo Freire como relata Leite (2002).

Na década de 1970 a consolidação da Modernização conservadora da Agricultura no campo, com a agroindústria, a política nacional de crédito, a presença das multinacionais, bem como as políticas de exportação regadas pelos ideais dos representantes da Ditadura Militar no Brasil não proporcionava a maioria da população rural acesso a esta mesma modernização, o que reforçou as desigualdades sociais neste espaço bem como a expulsão das pessoas deste locus de vida, devido o desemprego intensificado pela chegada das máquinas. Em 1971 surge a Embrapa (Empresa brasileira de Pesquisas Agropecuárias) e a Embrater (Empresa de Assistência Técnica em Extensão Rural) para consolidar de vez este processo.

Até o final da ditadura no Brasil a Educação Rural no Brasil tinha por intuito formar técnicos para trabalharem no campo seguindo os interesses de divulgação dos pacotes tecnológicos das multinacionais do agronegócio. Neste sentido é importante ressaltar que as poucas Políticas Públicas de investimento na Educação Rural deste período visavam principalmente arrebatar sujeitos para promoção política dos interesses das classes dirigentes do Brasil, e não se preocupava com os reais anseios e necessidades dos sujeitos do campo. Assim esses sujeitos cansados de não serem ouvidos, ou de terem o direito a fala negados passam a se organizar nos movimentos sociais como analisaremos no próximo tópico.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM PROJETO COLETIVO QUE NASCE NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E GANHA FORÇA NO DEBATE ACADÊMICO

É fundamental lembrar que os Movimentos sociais no Brasil existem desde o surgimento das Ligas camponesas, de Trombas e Formoso, e do master. Contudo, durante a abertura política dentre os Movimento Sociais que ganham maior projeção no Brasil esta o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Este movimento surge no Rio Grande do Sul em 1984 com a ocupação da fazenda Macali. Caldart (2004) identifica três momentos

importantes da história do MST: a fase de articulação e organização da luta pela construção de um movimento de massa nacional, o processo de constituição do MST, e o momento de engajamento na luta por um novo projeto de desenvolvimento popular para o Brasil. Acredita-se que na terceira etapa deste movimento nasce o debate de Educação do campo.

Assim a proposta pedagógica deste movimento a partir das escolas itinerantes nos acampamentos tem por intuito propor uma educação com transformação social, que desperte a consciência de classe, valorize a formação humana podendo apresentar um caráter comunista, no sentido de trabalhar a coletividade, pensada para e pelo trabalho. Desta forma a Educação do campo nasce debaixo da lona preta, para os Sem terrinhas, com a mística do MST. Conforme Molina (2010, p. 140), existem em torno de:

37 escolas em pleno funcionamento nos acampamentos e outras organizadas junto a comunidade. São cerca de 350 educadores dando aulas embaixo de lonas pretas ou cobertas por campim e maderite (...) são 3.500 crianças sem terra no Brasil frequentando a escola pública estadual, que lhes garantem as condições de avançar em seus estudos, tendo por base sua própria realidade.

Desta forma, na década de 1990 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso com o *slogan* “não pule a cerca,” em meio às privatizações há ações voltadas para a educação, como: a criação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases/1996), do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) e em 1998 o PRONERA (Programa Nacional de Educação Na Reforma Agrária) com propostas metodológicas específicas educacionais que levem em consideração a diversidade dos alunos do campo.

O PRONERA, resultado de árdua luta dos trabalhadores do campo, foi importante para visualizar a realidade das escolas do campo. De acordo com os dados de (2005) deste programa verificou-se que as condições dessas escolas são extremamente precárias; não possuem hortas, pomares, são construções provisórias, inadequadas e ainda há presença de salas multisseriadas. Em resposta a essa realidade ocorre em 1998 a Primeira conferência de Educação Básica do Campo com o intuito de discutir novas propostas que possam transformar tal realidade.

No Governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado um Departamento no PRONERA que obteve força e apoio político. No Ministério da Educação foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, com estrutura para a Coordenação geral de Educação do campo (SECAD/

MEC). Além disso, outras ações como linhas de pesquisas nas graduações e pós-graduações de universidades brasileiras, e pesquisas junto as CEFFAS (Centros Familiares de Formação por Alternância), além do GPT (Grupo Permanente de Trabalho por uma Educação do Campo) em parcerias com os movimentos sociais, seminários de divulgação e implementação das diretrizes Operacionais fortalecem o embate em direção uma educação do campo e não no campo.

Quanto a proposta da Educação do Campo pode-se concluir que, o perfil ideal dessa educação a ser implantada nas escolas rurais poderia se resumir a análise de Arroyo (2204, p. 34) que afirma: “uma escola do campo não precisa ser uma escola agrícola, será necessariamente uma escola vinculada á cultura que se produzem através das relações sociais mediadas pelo trabalho na terra”.

A fim de enriquecer o debate com características propícias as escolas do campo, podemos completar nossas análises como o ponto de vista de Fernandes (1999, p. 65):

Uma escola do campo é aquela que defende os interesses, a política, a cultura e a economia da agricultura camponesa, que construa conhecimentos e tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população. A sua localização é secundária, o que importa são suas proximidades política e espacial com a realidade camponesa. Assim o “ideário” da educação do campo, se estabelece pela combinação do direito e pela ampliação do acesso a educação, com escolas do campo, ligando a história, a cultura e as causas sociais e humanas dos alunos.

A observação de Fernandes se faz necessária em toda a realidade educacional brasileira. No entanto na discussão que se segue torna-se perceptível que esse é um ideal a ser alcançado, pois a realidade pratica é bem diferente em Goiás.

UM BREVE OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DE GOIÁS: O CONTEXTO REAL DA JUVENTUDE CAMPESINA

De acordo com os dados do IBGE (2010) a população total do Estado de Goiás é de 6.004.045 habitantes. A população urbana é de 5.421.069 e a população rural de 582.976 habitantes. De acordo com os dados do INCRA (2009) existem 368 assentamentos em Goiás somando um total de 21.733

famílias. Dessas famílias, quantos são jovens? Certamente um número pequeno, pois, os assentamentos brasileiros tem se tornado “asilos rurais” como afirmam os próprios assentados, pela própria incoerência da reforma agrária brasileira, realizada segundo os desejos e anseios do agronegócio.

A luta pela terra em Goiás coincide com o processo de luta por educação para o campo. Ela se inicia pelo município de Goiás, através da Teologia da Libertação presente na Comissão Pastoral da Terra representada por um de seus líderes fundadores, Dom Tomás Balduino. Seus primeiros resultados são a conquista dos Assentamentos do Mosquito, em 1986, com 43 famílias e o assentamento Acaba Vida no município de Niquelândia (SOUZA, 2010).

As Escolas Famílias Agrícolas também desempenharam historicamente um papel importante para os jovens do campo. Essas escolas tem como princípio a Pedagogia da Alternância (uma proposta de ensino que se preocupa em fazer com que o educando leve para a parcela aquilo que aprendeu na escola) são atreladas aos sujeitos dos movimentos sociais e se territorializam atualmente em 4 municípios de Goiás: Orizona, Cidade de Goiás, Uirapuru e Padre Bernardo. Nestas escolas rurais estão matriculados 230 alunos. As mesmas recebem ajudas financeiras de ONGs (organizações não governamentais) estrangeiras e pouco apoio do estado brasileiro (JESUS, 2010).

Quanto à situação do trabalho no campo, no Brasil foram notificados 192 casos de empresas que exploram a mão de obra escrava. Entre elas estão crianças e adolescentes de 5 a 17 anos. São 8 milhões de sujeitos nesta faixa etária trabalhando, onde 77% delas estão em atividades ligadas agricultura (VENDRAMINI, 2010), ou seja, a elas estão sendo negado o direito à educação. Os dados da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/GO, 2011) notificaram em 22 propriedades o trabalho escravo no Estado de Goiás e 246 no Brasil. Isso significa que ainda temos um número significativo de crianças e jovens que estão vivendo em condições de escravidão ou semi-escravidão de trabalho no campo, aproximadamente mais de 500 pessoas só em Goiás em produções de álcool, cana de açúcar, colheita de batatas, plantações de cebolas, sementes de capim, açúcar, soja e principalmente em carvoarias. Os jovens além de excluídos do direito a educação do campo, sem dúvida estão sujeitos a situações trabalhistas exploratórias sem a menor dignidade humana.

De acordo com Souza (2010) as secretarias municipais e a Secretaria Estadual de Educação registrou no ano de 2008 93 unidades escolares em

Goiás. Em um total de 13.479 alunos. Essas escolas estão localizadas em 59 municípios. Comparando com os dados do INEP (Instituto de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) de 2000 percebemos que o número de escolas no campo vem diminuindo, pelas ações do agronegócio, políticas municipais que incentivam o transporte para cidade e o não investimento em escolas nas áreas rurais, o resultado disto é a diminuição das famílias em áreas rurais, atendendo assim o imperativo do agronegócio um campo vazio, porém produtivo.

A REALIDADE DAS ESCOLAS DO CAMPO DE MINAÇU

O município de Minaçu esta localizado no extremo norte do Estado de Goiás, na mesorregião norte que é considerada pelo Índice de Desenvolvimento Humano como a mais pobre do estado. Está a 526 km da cidade de Goiânia. O município é conhecido pelas atividades econômicas como a da mineração com o amianto crisotila, retirado pelos trabalhadores da SAMA (Empresa brasileira) e pelas empresas hidrelétricas como Centrais FURNAS LTDA. e TRACTEBEL, que formam juntas um verdadeiro mar de água doce no Brasil central por meio do reservatório de Serra da Mesa e Cana Brava. Além disto destaca-se o comércio local, e a monocultura do rebanho bovino de corte assentado em grandes latifúndios, além do turismo predatório da pesca nos lagos mencionados. Contudo a que se considerar a existência de sete assentamentos de reforma agrária como importante tributário da economia do município.

A população total do município é de 31.149 habitantes de acordo com os dados do IBGE (2010). A população urbana é de 26.546 habitantes e a população rural de 4.603. Até 1989 tinha regularizadas 53 escolas em funcionamento em Minaçu. Em 2011 restam apenas 3 destas escolas (figura 02).

Escola Municipal São Lucas

A Escola Municipal Rural São Lucas surgiu em 1988 e teve a autorização de funcionamento em 1989. Esta escola funcionava em um dos Núcleos do Assentamento Noite Negra. O nome da escola foi dado por uma moradora da região. No início esta escola era um barracão coberto por palhas, não havia paredes, cadeiras, nem merenda e a construção foi improvisada pelos próprios moradores. Em 1997 foi construída a estrutura física da escola

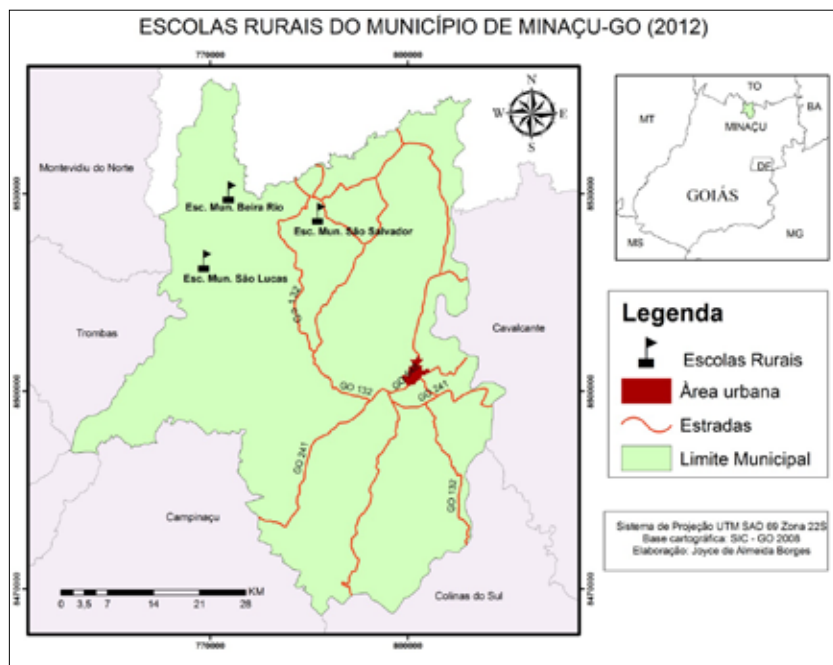


Figura 02: Escolas do campo de Minaçu

em alvenaria com uma única sala multiseriada para a primeira a quarta série (ARAÚJO, 2011).

Em 1999 a escola foi transferida para outra área, pois era uma centralidade onde dava-se o acesso para a maior parte da população da região, neste ano iniciou-se o funcionamento da segunda fase do ensino fundamental. Em 03/03/2000 foi inaugurada a nova estrutura da escola com salas com ventiladores, energia elétrica, mobiliários, cantina e sala dos professores. A partir de 2005 a escola passou a oferecer a Educação infantil no turno vespertino e a Educação de Jovens e Adultos no turno noturno. Em 2009 sob a ação do Ministério Público foi proibido o transporte de alunos para essa escola nas carrocerias de camionetas sem segurança adequada. A partir deste ano a frota de veículos foi composta de ônibus, microônibus, vans e Kombis escolares.

Em 2010 foi realizado um mutirão formado pelos pais, a direção escolar, a Secretaria Municipal de Educação, a UEG (Universidade Estadual de Goiás) para a construção de um galpão para a escola. Ou seja, o papel

que deveria ser assumido pelo Estado acaba sendo realizado também por outros atores.

Em 2011 a escola contava com 06 salas de aulas, 01 sala de apoio/biblioteca, 01 sala de informática, 01 sala da coordenação/direção. Ou seja, os espaços apesar de terem sido conquistados após vários anos de luta ainda são compartimentados para dividir as atividades a serem realizadas. E o mais grave, a escola apresenta sala de informática, mas não possui acesso a internet, ou seja, os alunos não os utilizam como instrumento pedagógico e de pesquisa.

Quanto ao transporte dos professores, 05 deles moram na cidade de Minaçu e são transportados na segunda-feira e retornam para a cidade na sexta-feira após as aulas. No total são 10 professores atuando na escola, sendo que apenas um possui origem direta do campo. Dois deles são concursados, os restantes estão na condição de contratos temporários, há uma casa para a permanência dos professores. O calendário escolar regido pela Secretaria Municipal de Educação e o currículo disciplinar são os mesmos das escolas urbanas.

Foram entrevistados 8 dos professores da escola. E no que se refere à discussão da realidade dos alunos durante as aulas, uma das professoras tem um depoimento que chama atenção: *"Muitos conteúdos ficam fora da realidade dos nossos alunos, muitas vezes tem que ser trabalhado somente com a teoria, pois a prática não está no alcance."* Ao indagar a uma das professoras se ela já tinha tido contato com a proposta de educação do campo, a mesma respondeu: *"Sim. É uma proposta que valoriza o trabalho do campo, cultivando suas origens para que não haja a necessidade de mudança para a cidade"*. No que se refere a questão de como a professora de Geografia relaciona a realidade do campo ao ensino de Geografia ela destacou: *"Na minha disciplina trabalho com o intuito de motivar os jovens a continuar o trabalho no campo de forma sustentável, no que diz respeito ao manejo do solo e a preservação ambiental"*.

Na entrevista com o diretor da escola sobre como consolidar o debate de educação do campo na práxis ele afirma: *"Para se ter ou desenvolver essa prática educativa, a educação do campo, precisa-se de investimento por parte dos governos estaduais e municipais, pois toda a escola deve seguir um parâmetro curricular que é o caso dos PCN's que norteia o trabalho educativo, para se trabalhar com educação do campo em si necessitaria modificações na grade curricular, com isso gerando mais investimentos humanos e financeiros."*

A Escola Municipal São Lucas possuía 68 alunos no ano letivo de 2011. Eles ressaltaram que as maiores dificuldades para estudarem na escola

estão ligadas a distância em que moram, as estradas ruins. E afirmam que em sua maioria participam de rezas, folias, mutirões e forrós, além de utilizarem de chás e remédios caseiros, demonstrando assim a presença de traços da cultura camponesa. Para eles os temas que são abordados na escola que estão relacionados com o campo são: *“a colheita, a plantação, a preservação do meio ambiente”*.

Sobre como vêem o campo, se sentem esperança em permanecer neste local afirmam: *“é muito difícil morar no campo”, “quero mudar para a cidade”, “pretendo morar na cidade em busca de emprego, estudos e desenvolvimento”*. Essa última afirmação é emblemática pois revela que os jovens enxergam o urbano como sinônimo de progresso e o campo como atraso, enfim estão aprisionados na ideologia do capitalismo monopolista financeiro que prega o urbano como a redenção, contudo subsumido a este discurso esta a construção de um campo para o agronegócio e não para a vida.

Escola Municipal Beira Rio

A Escola Municipal Beira Rio localizada a Noroeste da cidade de Minaçu, foi criada no ano de 1988 para atender aos filhos de trabalhadores rurais em processo de assentamento. O ensino na escola é ministrado na primeira e segunda fase do Ensino Fundamental. Possui salas multisseriadas pela quantidade de alunos (1 e 2 anos juntos, 3 e 4 ano juntos, 6 e 7 ano juntos, 8 e 9 ano juntos), os pais destes alunos vivem da agricultura familiar camponesa e são originários dos assentamentos Dom Roriz, São Salvador, Mocambo e Roberto Martins de Melo.

Quanto a infraestrutura da escola pode-se destacar a presença de 05 salas de aula em alvenaria, 01 sala de vídeo juto a sala de professores, 01 cantina, 04 banheiros, 1 alojamento, 1 pátio, 01 barracão de eventos, água de poço artesiano, 05 computadores, 02 impressoras, 01 máquina fotográfica, 01 mimeógrafo, 01 televisão, 01 vídeo e a antena parabólica. Um dos problemas graves da escola é o fato de não possuir espaço para a biblioteca e nem acesso a internet. Não há número fixo de aluno, no entanto contabilizou-se na visita em sala 46 alunos frequentes. A escola desenvolve atividades em tempo integral devido à distância da casa dos alunos. A equipe docente é composta por 10 professores sendo que destas, seis possuem Ensino Superior. O calendário da escola é emitido pela Secretaria Municipal de educação e as teorias pedagógicas são as mesmas das escolas urbanas que seguem Piaget e

Vigotsky. Em nem uma das escolas houve referencia as idéias de Paulo Freire, ou de outros teóricos que pensam a educação do campo.

Escola Municipal São Salvador

Localizada no Assentamento São Salvador. As famílias vivem das seguintes atividades agrícolas: plantações de bananas, pimenta, mandioca. O ensino na escola é ministrado na primeira e segunda fase do Ensino Fundamental. As condições físicas desta escola podem ser observadas na figura 03, onde a primeira imagem é da parede de um banheiro sem as descargas sanitárias e a segunda é a garrafa térmica dentro da sala de aula para os alunos beberem água ao invés de filtros ou bebedouros:



Figura 03: Condições físicas dos banheiros e salas de aulas
Fonte: SILVA, Edson Batista da, 2011.

Quanto à infra-estrutura de equipamentos eletrônicos e tecnológicos, visualizamos um número muito pequeno de computadores para a quantidade de alunos, e a falta de local adequado para guardá-los e serem instalados como pode ser visualizado no dito “laboratório de informática”:



Figura 04: equipamentos didáticos

Fonte: SILVA, Edson Batista da, 2011.

No que se refere à realidade do campo, a mesma é inserida nas discussões de trabalhos em sala de aula. E pode-se observar um trabalho desenvolvido pelos professores na comemoração do Dia do Trabalhador Rural na Escola São Salvador em que se materializa essa preocupação na formação dos alunos:



Figura 05: Trabalhos escolares sobre o Dia do Trabalhador Rural

Fonte: SILVA, Edson Batista da, 2011.

Quando indagamos a uma das professoras da Escola São Salvador quanto a especificidade dos estudantes desta escola ela relata: *“No meu ponto de vista, os alunos da Zona Rural são mais humildes, mais compreensivos e mais esforçados.”*

Podemos analisar a partir de representações construídas pelos próprios alunos da Escola São Salvador, o que é morar no campo para as essas crianças. As representações remetem a vida ao ar livre, as brincadeiras no campo, rios, a presença da família etc, como:

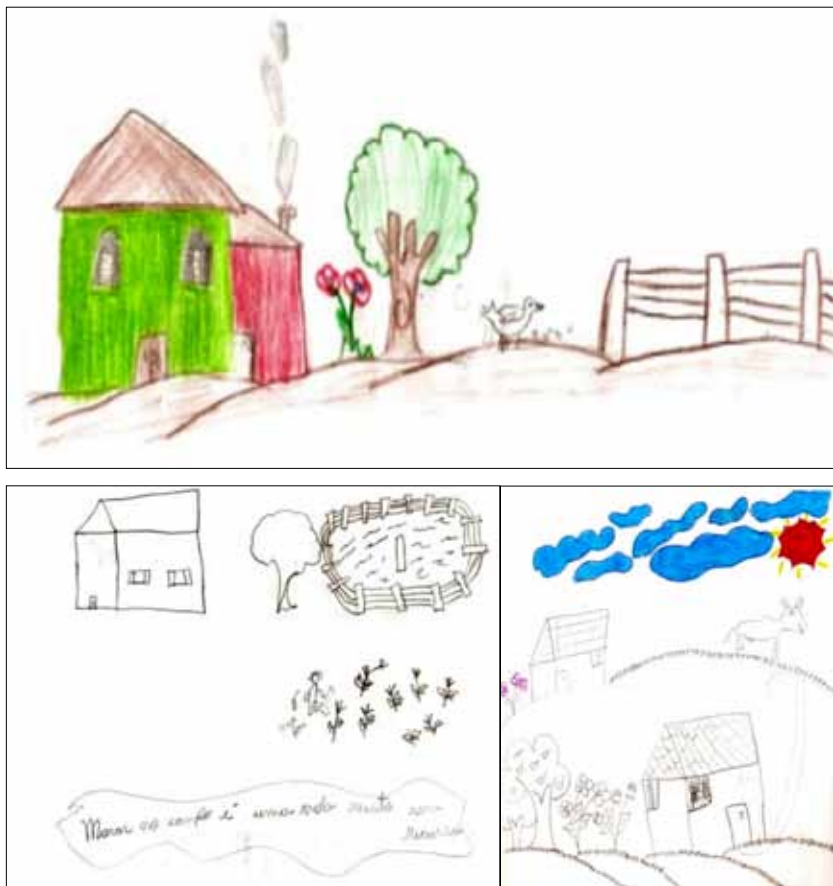


Figura 06: Representações da vida no campo

Fonte: alunos da Escola São Salvador, 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observamos na discussão deste artigo ficam visíveis as precárias condições de ensino nas escolas rurais de Minaçu, realidade comum a todo Brasil. E tal realidade não vai de encontro com o que é garantido teoricamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em que nesta se afirma no Artigo 28 (2010, pág. 31):

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades

da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Contudo pode-se acrescentar que a falta de condições adequadas para um ensino de qualidade pode conduzir ao fracasso escolar. E mais do que isso, é preciso concordar com Paulo Freire a escola deve ter o papel de fazer com que o aluno faça uma leitura de mundo, uma leitura da palavra para posteriormente realizar a releitura do mundo através de seu próprio olhar, ou seja, por meio da emancipação dos sujeitos. As escolas urbanas têm cumprido esse papel? E as escolas rurais apresentadas neste artigo? Faz-se necessário essa indagação para a nossa reflexão e para possíveis mudanças práticas da realidade escolar do mundo rural.

LA EDUCACIÓN DE/SOBRE EL CAMPO EN MINAÇU-GOÍÁS: UNA REALIDAD DE NEGLIGENCIA EN EL ESCENARIO EDUCATIVO BRASILEÑO

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar el proceso histórico de la educación rural en Brasil hasta la consolidación de la educación en el siglo XXI. Dentro de este contexto, es la realidad de la Educación/campo en Minaçu-GO. Es sabido que la educación en Brasil nunca fue prioridad en cualquier período histórico y político del país, que cobra mayor relevancia cuando se trata de la educación para la población del campo. En consecuencia, el análisis propuesto aquí impregna este debate para traer a la palestra cuando ha encontrado la realidad escolar de enseñanza a distancia en Goiás y, sobre todo en el Municipio de Minaçu. Esta reflexión es fruto de un proyecto de investigación desarrollado en la Universidad del Estado de Goiás. Del mismo modo que los procedimientos metodológicos a la observación directa de campo, más allá de la realización de entrevistas, cuestionarios semi-estructurados y registros fotográficos. Los resultados obtenidos confirman la precariedad de las escuelas, la falta de formación de docentes para la consolidación de la perspectiva de la educación, y la invisibilidad del mismo en proyectos políticos- educativo.

Palabras clave: Las políticas públicas; escuela; educación del campo.

REFERENCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez; et al (Orgs.). *Por uma educação do campo*. RJ: Vozes, 2004.
- ARAÚJO, Benaia Gomes. *As transformações ocorridas na educação do campo em Minaçu-Go: a partir da realidade vivenciada pela Escola Municipal Rural São Lucas*. Monografia/UEG. 2011.

BORGES, Joyce de Almeida. *A contribuição da Escola Família Agrícola (EFAGO) na valorização da identidade cultural camponesa no município de Goiás-2006*. Monografia: UEG, 2006.

BRASIL. *Referências para uma Política Nacional de Educação do campo*. MEC. Caderno de subsídios. Brasília, DF: 2003.

BRASIL. *Diretrizes operacionais para a Educação básica das Escolas do campo*. CNE/ MEC. Brasília, DF: 2002.

CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento dos Sem Terra*. SP: expressão popular, 2004.

DAMASCENO, Maria Nobre. Et al (Orgs.) *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.

GOMES, Jaqueline de Jesus. *Campo e cidade na representação social dos alunos camponeses que estudam no Colégio Estadual Lyceu de Goyaz: elemento fundante para o fortalecimento da identidade territorial camponesa*. Monografia/UEG. 2011.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Lei nº 9394/96.

LEITE, Sérgio Celani. *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. 2 ed. SP: Cortez, 2002.

MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Educação do campo e pesquisa II*. Brasília: MDA/ MEC, 2010.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação para adultos*. 4 ed. SP: Loyola, 1987.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Lei nº 10.172/2001.

QUEIROZ, João Batista Ferreira de. *O processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás*. Dissertação de mestrado da Faculdade de Educação da UFG. Goiânia, 1997.

SILVA, Zenilda Alves. *Educação do campo e ensino de Geografia: uma análise da Escola Municipal Planalto e do Colégio Estadual Jorge Cheim Vila Vermelho-Município de Cavalcante*. Monografia/UEG. Minaçu, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de, et al. *Geografia e educação do campo: para que e para quem serve a educação no campo do Estado de Goiás?* Goiânia: Vieira, 2010.

Sites consultados:

www.fatosefotos.com. Acessado em 26 de dezembro de 2011.

www.Estadão.com.br. Acessado em 26 de dezembro de 2011.

www.reporterbrasil.org.br. Acessado em 26 de dezembro de 2011.

Sobre os autores

EDSON BATISTA DA SILVA. Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (2005) especialista em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Goiás, mestrando em geografia do programa de pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professora da Universidade Estadual de Goiás.

JOYCE DE ALMEIDA BORGES. Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (2006). Mestre em Geografia pelo programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professora da Universidade Estadual de Goiás.

Recebido para avaliação em 30 de março de 2012

Aceito para publicação em 15 de maio de 2012